Crusoé 78

www.crusoe.com.br - 25/10/2019

Canal Único PDF
O Jornaleiro
Acesse nosso
Telegram:
@jornaiserevistas

# É UM ESCÁRNIO!

O STF dá um passo largo para tirar Lula da cadeia e, com isso, facilita a vida do PT, que depende cada vez mais do ex-presidente para continuar existindo

POR CAIO JUNQUEIRA

Na sessão desta quinta, Rosa Weber votou contra as prisões em segunda instância

# Escárnio supremo

O STF dá um passo largo para tirar Lula da cadeia e, com isso, facilita a vida do PT, que depende cada vez mais do ex-presidente para continuar existindo. No Brasil, a roda gira e volta sempre para o mesmo lugar

25/10/2019 00:30

CAIO JUNQUEIRA

► OUVIR NOTÍCIA

Por volta das 16 horas desta quinta-feira, 24, a ministra Rosa Weber pôs fim a um mistério que perdurava há tempos. Era apenas o quinto dos onze votos, mas, sem dúvida, o mais esperado do julgamento em que o Supremo Tribunal Federal decidirá, pela sexta vez em dez anos, se réus podem ser presos após terem a condenação confirmada por um tribunal de segunda instância. Havia expectativa em torno do voto de Rosa por uma razão simples: todos os prognósticos davam conta de que seria ela a responsável por desempatar a queda de braço travada entre as duas alas da corte que divergem sobre o

tema. A ministra já havia declarado em outras oportunidades sua posição pessoal, contrária à prisão após a segunda instância, mas nas últimas vezes em que o assunto esteve em debate no plenário ela votara a favor por entender que era preciso seguir a jurisprudência vigente, estabelecida em 2016. Agora que a corte decidiu revisitar a discussão de fundo, restava a dúvida: Rosa Weber teria mudado de ideia ou votaria de acordo com o entendimento que já havia explicitado antes? Prevaleceu a segunda hipótese.

Canal Único PDF
O Jornaleiro
Acesse nosso
Telegram:
@jornaiserevistas

A sessão foi suspensa duas horas depois, com o placar de 4 votos a 3 contra a revisão da jurisprudência. Rosa Weber foi abraçada por Ricardo Lewandowski; Gilmar Mendes recebeu congratulações dos advogados. O julgamento só será retomado na primeira semana de novembro. Mas a partir do voto da ministra, e sendo conhecida a posição dos quatro que ainda irão votar, já é possível concluir que um dos mais importantes instrumentos de combate à corrupção do país será derrubado pela corte. Foi com a prisão imediata após o veredicto em segunda instância autorizada pelo mesmo STF em 2016 que a Operação Lava Jato pôde se tornar um dos maiores exemplos de combate à corrupção do mundo. Corruptos e corruptores poderosos passaram a ir para a cadeia. Outros, por temer a possibilidade, concordaram em fazer delações premiadas sem as quais talvez jamais o país conheceria as profundezas de esquemas bilionários montados para saquear dinheiro público. Muitos desses esquemas estavam blindados graças, exatamente, à cultura de impunidade patrocinada pelo Judiciário. Com dinheiro em mãos, os envolvidos podiam contratar os criminalistas mais caros do país que, com acesso direto às cortes superiores, conseguiam adiar condenações indefinidamente. Com o novo entendimento do Supremo, encaminhado pelo voto de Rosa Weber, o velho status muito provavelmente será retomado.

“Não foram os pobres que sofreram o impacto da possibilidade de execução da pena após condenação em segundo grau. Não foram os pobres que mobilizaram os mais brilhantes e caros advogados criminais do país”, disse o ministro Luís Roberto Barroso, ao ler seu voto contra a nova revisão da jurisprudência. Ele foi acompanhado por Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Luiz Fux. Do outro lado, além de Rosa Weber, os ministros Marco Aurélio Mello e Ricardo Lewandowski votaram para parar com as prisões em segunda instância. O impacto no combate à corrupção é de fato gigantesco. Segundo um levantamento do Ministério Público, 38 condenados pela Lava Jato que cumprem pena em regime fechado, semiaberto ou que estão com tornozeleira eletrônica ficarão livres. Gente como o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, o ex-ministro José Dirceu e, claro, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Outras dezenas de denunciados por crimes de colarinho branco que aguardam julgamento também verão diminuir suas chances de punição.

Marlene Bergamo/Folhapress

Canal Único PDF
O Jornaleiro
Acesse nosso
Telegram:
@jornaiserevistas

*Lula: o PT não existe sem ele, e a soltura ajudará a resolver esse problema*

Ao abrir o julgamento, Dias Toffoli, o responsável por levar o assunto à revisão pelo plenário, com o empurrão providencial de Gilmar Mendes, fez questão de tentar desvincular o julgamento de casos específicos. Era uma forma de dizer que, a despeito das aparências, não se trata de um movimento para favorecer Lula. Mas claro está que o petista é a silhueta oculta por trás do veredicto. Ciente de que está prestes a deixar a prisão, o ex-presidente já traça as diretrizes para liderar a oposição a partir de sua saída. Em recente conversa com correligionários, disse que pretende comandar o campo político adversário do presidente Jair Bolsonaro tendo por foco um discurso crítico ao desemprego e à política econômica liberal que, segundo ele, ameaça "a soberania nacional". Também quer ser o principal articulador do PT nas eleições de 2020, atraindo aliados para a composição dos palanques municipais. Já vislumbrando o cenário próximo, ele determinou que a nova executiva do partido, a ser eleita em novembro, seja composta pelos mesmos figurões — gente de sua confiança, portanto.

Por mais que Toffoli tente separar o julgamento do caso concreto de Lula, ao vetar a prisão após condenação em segunda instância o Supremo estará, por vias transversas, catapultando o PT, um partido ultradependente da figura de seu principal líder. Apesar da prisão, a lulodependência só faz aumentar. Aos 74 anos de idade, e passadas quatro décadas da chegada do petista ao cenário político nacional com as greves no ABC paulista, ainda é a ele que o partido confia o seu projeto de retomar o poder central em 2022. A agenda imediata de Lula prevê a organização de um comando petista mais alinhado a ele, atropelando movimentos minoritários que até chegaram a esboçar uma discussão sobre o PT pós-Lula. A ideia desse grupo era construir um partido mais descolado da imagem do ex-presidente. O discurso foi assumido, principalmente, por governadores como Camilo Costa, do Ceará, e Rui Costa, da Bahia. Em 2018, eles chegaram a defender que o partido apoiasse

a candidatura presidencial de Ciro Gomes, do PDT. Até o senador Jaques Wagner, amigo de longa data de Lula, chegou a cogitar a possibilidade, mas a ideia acabou sufocada a partir das ordens do chefão petista.

Canal Único PDF
O Jornaleiro
Acesse nosso
Telegram:
@jornaiserevistas

O esforço para impedir o surgimento de novas lideranças internas e os constantes vetos dele ao apoio do partido a outros nomes da esquerda sempre foram parte da estratégia de Lula para se manter como figura central da esquerda, em geral, e do PT em particular. Agora não é diferente. É justamente esse jogo que ele vem jogando ao liderar a tal reorganização do partido. A ideia é evitar que haja espaço na nova executiva para potenciais dissidentes. A operação se justifica porque, muito embora a lulodependência seja dominante com sobras, ainda há internamente quem tenha dúvidas sobre qual rumo é o ideal a seguir. Lula não quer correr risco de ver as divergências afloradas em um momento de turbulência e radicalização. Ele entende que o crescimento do papel das redes sociais e o impacto provocado pela Lava Jato no tabuleiro nacional, desde o impeachment de Dilma Rousseff à eleição de Jair Bolsonaro, deram outra cara ao processo político. Por isso, não seria hora para expor divergências, mas de reforçar a velha ordem unida – com ele, claro, no centro da roda.

Vem desse raciocínio, também, a segunda camada da estratégia, que inclui o modo de agir em relação ao governo. O discurso polarizado com Bolsonaro é admitido, mas com uma política de alianças flexível como a que o partido fez no período em que ocupou o Palácio do Planalto. “O modelo de alianças não é mais o único caminho para mirar o centro. O discurso a ser adotado também hoje é fundamental no embate contra o governo. Tem duas lideranças hoje no país, Lula e o presidente da República”, diz o deputado petista José Guimarães, aquele cujo assessor foi preso com dólares na cueca. Ele integra a executiva do partido. O cálculo político é claro. Ao fazer o embate direto com Bolsonaro, a aposta é que os projetos em curso para se criar uma alternativa ao centro ou à centro-direita, como os de Luciano Huck e João Doria, têm grandes chances de serem minados. Isso porque o presidente da República também é afeito ao confronto e a um embate contínuo, que será intensificado com a soltura de Lula. Desse modo, ambos passam a centralizar o debate político e a alimentar a audiência, também muito polarizada. Por esse raciocínio, Doria e Huck ficariam escanteados.

*Ricardo Stuckert*

Canal Único PDF
O Jornaleiro
Acesse nosso
Telegram:
@jornaiserevistas

*Gleisi Hoffmann e Fernando Haddad, dois emblemas da lulodependência*

Avaliação semelhante é feita dentro do próprio Palácio do Planalto. A queda na popularidade experimentada por Jair Bolsonaro desde que ele assumiu o poder e as constantes crises em seu entorno (a mais recente é o embate fratricida no PSL) fazem com que parte considerável de seus aliados, especialmente os que enxergam mais detidamente os movimentos da política, avaliem que o retorno de Lula à cena acaba por ser um ponto positivo para o atual presidente. A volta do petista permitiria a Bolsonaro ressuscitar a bandeira eleitoral da ameaça do retorno do PT ao poder, distraindo o público sobre problemas atuais do país e de seu governo. Se essa é a leitura dos auxiliares políticos do Planalto, na ala militar do governo a visão é divergente. O núcleo fardado de Bolsonaro avalia que a libertação de Lula pode carimbar no atual governo uma marca de afrouxamento no combate à corrupção – algo que já vem se materializando pelo papel secundário que ele dá ao ministro da Justiça, Sergio Moro, e pelas intervenções que o governo tem feito nos órgãos de controle, como o Coaf (atual Unidade de Inteligência Financeira) e a Receita Federal.

Para o núcleo familiar, outro pilar importante da gestão Bolsonaro, é indiferente. “Bolsonaro é muito maior do que Lula. Tratora qualquer um hoje. Ganha em primeiro turno uma eleição. Não precisa de ninguém para rivalizar”, disse a **Crusoé** o senador Flávio Bolsonaro, o filho 01 do presidente. “Nem estamos pensando nisso”, afirmou Eduardo Bolsonaro, o 03. Fora dos dois polos, outros atores relevantes do universo político demonstram ter dúvidas sobre os efeitos da polarização. Falar para convertidos, afinal, poderia inviabilizar as chances dos dois lados de sair de suas próprias bolhas, o que tem se mostrado algo fundamental nas batalhas eleitorais — a conquista do eleitorado mais ao centro é necessária para vencer qualquer eleição nacional. Lula está colocando esse dado em seus

cálculos para o período pós-prisão. Ao mesmo tempo que quer investir na polarização com Bolsonaro, fora da cadeira ele tentará formar uma aliança com o maior número possível de partidos de centro e de esquerda nas eleições de 2020, já como um preâmbulo para 2022.

Canal Único PDF
O Jornaleiro
Acesse nosso
Telegram:
@jornaiserevistas

Não é, porém, uma tarefa fácil. O PT carrega um grau considerável de radiotividade política em razão dos escândalos de corrupção revelados pela Lava Jato. Especialmente no Centro-Sul do país, onde estão os maiores colégios eleitorais. Há ainda ojeriza da maior parte da esquerda sobre a histórica tentativa de Lula e do partido de ser hegemônico nesse lado do espectro político. À exceção do PCdoB, siglas como PSB e PDT, que já foram parceiras do lulismo, querem investir em projetos próprios. “Nosso projeto eleitoral com certeza não é em torno de Lula. As eleições do ano passado já indicaram o caminho que Lula optou”, afirmou o líder do PDT e vice-presidente do partido, André Figueiredo. Recentes declarações de Lula em entrevistas só reafirmaram sua intenção de manter essa hegemonia – e irritaram ainda mais os esquerdistas. Indagado dias atrás se aceitaria ser candidato a vice em 2022, seguindo o exemplo de sua colega argentina Cristina Kirchner, ele riu e disse que o PT tem que ter candidato “em todas as cidades importantes” e que é “muito difícil” não ter candidato próprio em 2022.

Já os partidos mais ao centro se dividem. Siglas como MDB, PTB e PSD avaliam não haver chances de uma aproximação agora. Já o PR de Valdemar da Costa Neto e o PP de Ciro Nogueira, parceiros do PT nos escândalos do petrolão e do mensalão, topam sentar para conversar. “O cara foi presidente duas vezes, elegeu um terceiro presidente e vem retomar suas atividades. Lógico que a saída dele (da prisão) muda algo. Mas vai depender muito de como ele vai retomar. Ele é que vai ser protagonista”, afirma o líder do PR na Câmara, Wellington Roberto, um dos expoentes do Centrão no Congresso. A expectativa para essa turma é que os acenos a Lula mexam com o Palácio do Planalto e convençam Jair Bolsonaro a montar um governo de coalizão tradicional, baseado na troca de apoio parlamentar por emendas e cargos. Ou seja: o embate levaria a uma, digamos, ampla reabertura do mercado do fisiologismo. Todos os planos dependem do destino de Lula. E a saída dele da prisão, além de ser um nocaute na Lava Jato e no combate à corrupção no país, evidencia que a roda da política brasileira gira para não sair do lugar. E com a chancela do Supremo, o último degrau da mesma Justiça que, até pouco tempo atrás, vinha dando sinais de que estava imbuída do propósito de rever as velhas e condenáveis práticas que nos levaram ao fundo do poço. Tudo isso é um escárnio. Não importam as decisões do STF, criminoso continuará a ser criminoso e Lula permanecerá um corrupto e lavador de dinheiro. Assim como todos os outros condenados que o tribunal pode soltar, para que voltem a emporcalhar a vida pública do país. O Brasil não é lulodependente. O PT e o sistema no qual ele está inserido é que são.

**Com reportagem de Mateus Coutinho**

Canal Único PDF
O Jornaleiro
Acesse nosso
Telegram:
@jornaiserevistas

O plenário da Alerj: as suspeitas envolvem políticos de diferentes siglas

# A salada do rachid

Crusoé teve acesso ao único inquérito aberto pela Polícia Federal a partir dos relatórios do Coaf que expuseram deputados do Rio garfando parte dos salários de assessores. Há um ex-ministro petista entre os personagens da apuração, que também está parada por ordem de Toffoli

25/10/2019 00:30

FABIO SERAPIÃO

► OUVIR NOTÍCIA

Em setembro, um despacho da procuradora Gabriela Pereira, do Ministério Público Federal no Rio de Janeiro, ordenou a paralisação do único inquérito conduzido pela Polícia Federal a partir de relatórios produzidos pelo antigo Conselho de Controle de Atividades Financeiras, o Coaf, que revelaram centenas de transações suspeitas de funcionários da Assembleia Legislativa fluminense, entre eles Fabrício de Queiroz, ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro.

O ato da procuradora obedeceu a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, que a pedido do filho 01 do presidente Jair Bolsonaro mandou parar todas as investigações do país com origem em relatórios do Coaf e da Receita Federal que não tenham passado antes pelo crivo de um juiz. **Crusoé** teve acesso a informações da investigação paralisada no Rio, que ilustra à perfeição o quanto a canetada de Toffoli agradou a personagens das mais diversas colorações partidárias – desde a família presidencial até petistas, passando por aliados do governador do Rio, Wilson Witzel, e outras figuras emblemáticas da cena política.

Canal Único PDF
O Jornaleiro
Acesse nosso
Telegram:
@jornaiserevistas

Um dos alvos da investigação é um ex-assessor do atual líder de Witzel na Assembléia Legislativa fluminense, o deputado estadual Márcio Pacheco, do PSC. O inquérito foi instaurado em 26 de fevereiro de 2019 pelo delegado federal Acen Amaral Vatef para apurar se o advogado Fabiano Machado da Rosa, lotado no gabinete do deputado estadual Márcio Pacheco entre junho de 2013 e agosto de 2014, movimentou valores incompatíveis com sua renda. O objetivo era descobrir por qual motivo ele fez transações com a empresa de um doleiro, Carlos Eduardo Caminha Garibe.

Conhecido como Carlão, Garibe foi preso em maio de 2018 na Operação Câmbio, Desligo. Fabiano Machado da Rosa, o ex-assessor do deputado estadual do PSC, é um advogado do Rio Grande do Sul. Ele recebeu em sua conta, segundo o Coaf, 1,7 milhão de reais entre 2016 e 2018. Do total, cerca de 500 mil entraram por meio de depósitos em espécie. Entre as transações que chamaram a atenção e foram listadas no relatório como atípicas está um pagamento para o ex-ministro petista Tarso Genro – sim, senhores, a mistura de personagens desta história tem um quê de surrealismo.

Para entender as conexões, é preciso destrinchar as relações entre os personagens. O Coaf anotou no relatório que, entre julho e outubro de 2017, Rosa, o ex-assessor do líder de Witzel, fez um repasse de 43 mil reais para Tarso Genro. Diz o documento: “Cliente recebeu recursos em espécie e no mesmo dia enviou os valores para Tarso Genro através de TED, sendo que apesar de possuírem ligação profissional em comum entre os dois no ramo advocatício movimentação não condiz com sua atividade não sendo possível identificar a origem dos recursos”.

*Claudio Fachel/Palácio Piratini*

Canal Único PDF
O Jornaleiro
Acesse nosso
Telegram:
@jornaiserevistas

*O petista Tarso Genro recebeu um pagamento que foi anotado pelo Coaf*

A ligação profissional a que se referiu o Coaf guarda relação com o escritório de advocacia do ex-assessor. Além de um sócio dele ter atuado em favor de Tarso Genro em um processo no Rio Grande do Sul, o ex-ministro petista também teria prestado serviços à banca. Essa, aliás, é também a explicação de Genro para o dinheiro recebido em sua conta. Procurado por **Crusoé**, ele disse que depois de deixar o governo voltou a atuar como advogado e prestou serviços advocatícios ao escritório, o que, diz ele, justifica o pagamento dos 43 mil reais.

A mistura de personagens dos mais diversos matizes políticos no material reunido pelo Coaf e repassado à Polícia Federal esvazia o discurso de que as investigações estariam sendo direcionadas para atingir a família do presidente Jair Bolsonaro. Há mais gente conhecida cujas transações atípicas são expostas no material. É o caso da notória família Picciani, cujo patriarca, Jorge, ex-presidente da Assembleia do Rio, foi preso pela Lava Jato. Entre as operações do clã apontadas como suspeitas está a aquisição de uma apólice de seguro relacionada a um imóvel de 1,9 milhão de reais localizado na Barra da Tijuca.

Rafael Picciani, o filho de Jorge que foi deputado estadual no Rio e ocupou cargos na prefeitura da capital fluminense, aparece relacionado a transações suspeitas da Agrobilara, uma empresa do ramo agropecuário administrada por ele. A agropecuária teria aplicado 2,3 milhões de reais em fundos de investimentos entre 2012 e 2017. No relatório, os técnicos do Coaf afirmam tratar-se de "operações cujos valores se afiguram objetivamente incompatíveis com a ocupação profissional, os rendimentos e/ou a situação patrimonial/financeira de qualquer das partes envolvidas". A suspeita é que as transações tenham servido para lavar dinheiro de origem ilícita.

O relatório menciona ainda operações atípicas de Luiz Felipe Conde, ligado a outro deputado estadual do Rio, Paulo Sérgio Ramos Barboza. É mais um caso ilustrativo da salada partidária que desmonta a cantilena de que os relatórios do Coaf seriam dirigidos a um determinado grupo político: Paulo Sérgio Barboza é do PDT. O documento registra que Luiz Felipe Conde recebeu em sua conta, entre novembro de 2017 e abril de 2018, 1,2 milhão de reais. Outro assessor da Alerj cujo nome aparece no documento é Mario Marcio Nicolau Francisco de Souza. Ele foi funcionário do ex-deputado estadual Tio Carlos, do Solidariedade, e recebeu em sua conta 2 milhões de reais em seis meses.

Canal Único PDF
O Jornaleiro
Acesse nosso Telegram:
@jornaiserevistas

Embora seja o ex-assessor do líder de Witzel o principal o alvo do inquérito, o nome de Flávio Bolsonaro não apareceu nos autos apenas no relatório que originou a investigação. Antes de o caso parar por causa da liminar concedida por Dias Toffoli, o Ministério Público Federal no Rio enviou à Receita Federal um pedido de informações fiscais sobre todos os citados no documento do Coaf. A lista incluiu o filho do presidente e Fabrício Queiroz.

No pedido, a Procuradoria pede ao Fisco "informações acerca da existência de eventual Procedimento Administrativo Fiscal (PAF) ou Representação Fiscal para Fins Penais (RFFP) para investigar os fatos noticiados pelo Relatório de Inteligência Financeira 34670 do COAF". Em fevereiro, a Receita, ao responder a solicitação, informou aos investigadores que no momento não poderia fornecer todas as informações porque parte das transações ocorreu em 2018 e, por isso, era preciso esperar o prazo para entrega das declarações de imposto de renda, que se encerrava em abril. "Observa-se que, no RIF, há muitos fatos relativos a 2018, cuja DIRPF correspondente será entregue, como de costume, até o final de abril do ano corrente", afirmaram os auditores da Receita em documento enviado aos procuradores.

*Reprodução/redes sociais*

*Queiroz com Flávio Bolsonaro: relatório traz detalhes sobre outras transações*

A parte do relatório do Coaf anexada ao inquérito que diz respeito a Flávio Bolsonaro reforça as suspeitas sobre o senador que já vinham sendo esquadrinhadas até a decisão de Toffoli. O documento diz que ele movimentou recursos superiores a sua capacidade financeira entre agosto de 2017 e janeiro de 2018. "A renda declarada pelo cliente aparentemente não ampara a movimentação financeira realizada no período", anotou o Coaf. No período, Flávio declarava ter renda mensal de 27,3 mil reais. Somados os seis meses abarcados pelo relatório, o então deputado estadual recebeu 131 mil reais como salário da Alerj. Os dados comunicados ao Coaf pela agência em que ele tem conta, porém, mostram créditos de 337,5 mil, o que equivale a mais do que o dobro da renda esperada para o período.

Do total de créditos, diz o documento do antigo Coaf, 120 mil reais saíram da Bolsotino Chocolates, empresa da qual Flávio é sócio e que serve como razão social para uma franquia da loja de chocolates Kopenhagen em um shopping do Rio de Janeiro. Os outros 80 mil restantes que entraram na conta do agora senador não têm a origem detalhada. O documento ainda esmiuça os valores que saíram da conta de Flávio. Ao longo dos seis meses, 94 mil reais foram utilizados em pagamentos de faturas de cartões de crédito (em média, 15,6 mil por mês), 51 mil foram destinados ao pagamento de financiamentos imobiliários e outros 30 mil foram para o dono de um empresa de consultoria imobiliária. Cerca de 54 mil saíram da conta do filho do presidente para pagamentos de contas.

Também no caso de Fabrício Queiroz o relatório amplifica as suspeitas. Em apenas seis meses, a conta dele no Itaú recebeu 411 mil reais. Desse total, diz o documento, apenas 63 mil reais estão relacionados aos seus rendimentos como PM e como assessor de Flávio. O restante, 348 mil reais, não tem lastro. Já as saídas de valores da conta de Queiroz seguem o mesmo padrão das movimentações classificadas como atípicas no relatório anterior do Coaf, aquele que o levou à ribalta da cena nacional: do total de 306 mil reais, 262 mil, ou 85,8%, foram retirados por meio de saques na boca de caixas eletrônicos. São 140 saques, a maioria concentrada na agência do Itaú na Alerj. O Coaf observou que 38 dessas retiradas, cujo somatório chega a 190 mil reais, foram feitas em sequência com o objetivo foi fracionar os valores – uma medida usada justamente quando se quer escapar do controle das autoridades financeiras.

Há outras operações que chamam ainda mais a atenção. Por exemplo, no dia 7 de novembro de 2017, Queiroz realizou quatro saques de 5 mil reais, em quatro agências diferentes, em um intervalo de cerca de 3 horas. Os técnicos do Coaf destacaram o caráter inusual do procedimento: "Verificamos fracionamento nos saques em espécie com cartão de débito, fato que nos desperta a suspeita de ocultação do destino deste valor e a sua finalidade".

Assim como no caso de Flávio, não foi um funcionário do Coaf que resolveu por conta própria mapear as transações ou, como dizem os críticos do trabalho do órgão, quebrar o sigilo dos envolvidos. As operações foram comunicadas pelo Itaú por força de uma norma do Banco Central segundo a qual os bancos são obrigados a informar situações que "por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos beneficiários finais". Mesmo não sendo alvo da investigação, Queiroz chegou a pedir acesso aos documentos do inquérito conduzido pela PF.

Todas as informações, das que envolvem o petista Tarso Genro às que podem complicar ainda mais a situação do filho do presidente e de seu ex-assessor, seguirão no limbo enquanto vigorar a decisão de Dias Toffoli. O caráter pluripartidário do caso ajuda a entender por que a decisão foi interessante para os diferentes lados da política. E explica os motivos pelos quais, para todos eles, é melhor mesmo deixar o assunto cair na vala do esquecimento e fingir que a vida segue na normalidade. Como nos velhos tempos.

Waldir diz que vai ferrar com todo mundo que atravessa na frente dele, inclusive o presidente

# O dono do botão

A barulhenta trajetória do deputado do PSL que ameaçou "implodir" o presidente Jair Bolsonaro, na briga pela liderança do governo na Câmara

25/10/2019 00:30

**RENATO ALVES**

► OUVIR NOTÍCIA

Após duas semanas de sucessivos duelos com xingamentos, acusações, listas, troca de ameaças e memes, muitos memes, o delegado Waldir Soares entregou, na segunda-feira, 21, a liderança do PSL na Câmara dos Deputados. A saída do posto, porém, não significa trégua. Além das ações no Conselho de Ética contra 19 colegas da sigla, incluindo o novo líder, Eduardo Bolsonaro, o deputado-delegado eleito por Goiás pretende atacar os inimigos por meio da CPI das Fake News em curso no Congresso. A estratégia para vencer a guerra, diz ele, envolve técnicas de investigações que aprendeu a usar na Polícia Civil goiana, de onde foi alçado à política.

Além de depor na comissão que apura a produção e disseminação de notícias falsas, Waldir anunciou que vai apresentar provas contra a tropa que vive de assassinar reputações por meio das redes sociais. Para tanto, delegou a assessores a missão de esquadrinhar os perfis de integrantes do que ele chama de milícias digitais. Também vai pedir à Polícia Federal para rastrear as mensagens enviadas a seu gabinete por e-mail e WhatsApp desde o anúncio da promessa de "implodir" o presidente Jair Bolsonaro.

"Compraram briga com um delegado meticuloso. Se eles têm a Abin ao lado deles, eu estudei na Abin, conheço as técnicas dela", afirmou Waldir a **Crusoé**, sem esclarecer se costuma recorrer à espionagem, como a agência de inteligência do governo federal. O deputado anunciou o rompimento com o Bolsonaro e seus filhos na semana passada — Eduardo Bolsonaro, o filho 03 do presidente, assumiu o lugar dele na liderança do PSL. No Japão, onde iniciou um tour oficial de 12 dias pela Ásia e pelo Oriente Médio, o presidente afirmou que "o bem vencerá o mal", ao ser indagado sobre a crise no partido.

Em resposta, Waldir jurou ser irreversível o rompimento com os Bolsonaro. "Posso derrubar esse governo com essas investigações na CPI (das Fake News)", disse. A briga com aliados é praxe em sua trajetória política. Aliás, ele trata como troféus os rompimentos com antigos aliados e partido. O primeiro racha foi com o ex-governador de Goiás Marconi Perillo, do PSDB, com quem brigou em 2016. O segundo, com o atual governador do estado, Ronaldo Caiado, do DEM, de quem se tornou desafeto recentemente. Adversários históricos, Perillo e Caiado têm Delegado Waldir, o nome de guerra do deputado, como inimigo comum.

Nascido no interior do Paraná, Waldir mudou-se para Goiás em 2000, após ser aprovado no concurso para delegado. Ele já tinha tentado o mesmo cargo no Rio Grande do Sul um ano antes, mas foi reprovado na prova oral. Nos dois primeiros anos em Goiás, trabalhou em presídios e em algumas das mais violentas cidades do estado situadas no cinturão de pobreza que cerca Brasília. Ao ser transferido finalmente para Goiânia, começou a ganhar popularidade. Adorava convocar coletivas de imprensa. Em uma de suas primeiras operações, prendeu 22 pessoas suspeitas de tráfico, incluindo grávidas e cadeirantes. Alegou que "o crime não tem rosto". Waldir usava as redes sociais para divulgar seu trabalho e interagir com a população bem antes de estourarem Facebook, Twitter e Whatsapp: com discurso belicista, mantinha comunidades no finado Orkut. "Ele se preocupava muito com a imagem. Tinha telefones de todos os veículos de comunicação. Era um pavão, como é hoje. Era evidente que queria se tornar político por meio da polícia", diz um ex-colega.

Dez anos após tornar-se delegado, Waldir decidiu tentar a vida na política. Já no Facebook, onde adorava postar vídeos de crimes sangrentos, filiou-se ao PSDB. Concorrendo a uma cadeira na Câmara dos Deputados, na campanha de 2010, fazia de tudo para aparecer ao lado de Perillo, que tentava manter distância dele. Nos poucos segundos que tinha na propaganda da TV, repetia um slogan, imitando uma arma com uma das mãos: "Pela segurança pública: tolerância zero, 4500, 45 do calibre e 00 da algema para o bandido". Teve pouco mais de 40 mil votos, o suficiente para ganhar uma suplência. Assumiu o cargo por parcos quatro meses.

*Pedro Ladeira/Folhapress*

*O deputado fala ao pé do ouvido de Bolsonaro: o amor virou ódio?*

De volta a Goiânia e a uma delegacia, começou a criar polêmicas e a ganhar mais espaço na imprensa local. Batia no governo tucano que dizia apoiar. Criticava a cúpula da segurança pública do estado, o modelo de fiscalização de trânsito — ele também chefiou delegacia de delitos de trânsito — e leis federais, como a que pune quem dirige alcoolizado. Defendia pena de morte, redução da maioridade penal para doze anos e a criação de presídios juvenis. Logo acumulou mais de 300 mil seguidores nas redes. Em paralelo, chegou a 20 processos disciplinares na Corregedoria da Polícia Civil.

Waldir afirmava ser o "rei" das redes e rejeitava ordens de superiores na hierarquia da corporação. "Fiz concurso público, sou subordinado ao Código de Processo Penal", dizia em meio aos enfrentamentos com os chefes. Repetindo o partido e o slogan de 2010, Waldir se tornou o deputado federal mais votado da história de Goiás em 2014, com os votos de 274.625 eleitores.

Legítimo integrante do baixo clero, Waldir começou a ganhar os holofotes nacionais na CPI da Petrobras. Durante depoimento do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em março de 2015, ele fez as vezes de delegado e perguntou se o poderoso colega do MDB do Rio de Janeiro tinha conta na Suíça. "Não tenho qualquer tipo de conta em qualquer lugar que não seja a conta que está declarada no meu Imposto de Renda", respondeu Cunha. Naquela sessão ele vinha sendo tratado amistosamente pelos pares. Mais tarde, seria provado que Cunha mentira ao responder à pergunta de Delegado Waldir. E isso lhe custaria o cargo. Na mesma CPI, o delegado protagonizou um bate-boca com integrantes do PT, em abril de 2015: ele foi acusado de soltar cinco roedores (dois ratos, dois hamsters e um esquilo da Mongólia) na sala da CPI, assim que João Vaccari Neto, ex-tesoureiro petista, entrou no recinto para prestar depoimento.

As rusgas com o PSDB foram se ampliando. Depois de tentar, sem sucesso, ser o candidato do partido a prefeito de Goiânia, ele mudou para o PR, que lhe deu legenda. Mesmo assim, ficou pelo caminho. Amargou um terceiro lugar. Católico e casado com uma evangélica, o deputado seguiu desfraldando a bandeira do conservadorismo com uma pegada, digamos, um tanto extremista. Na Câmara, cumprindo promessa de campanha, economizou nos gastos. Recusou auxílio-moradia, apartamento funcional e passagens aéreas para visitar sua base eleitoral nos fins de semana.

Em Brasília, de segunda a quinta-feira, ele dorme em um hotel acanhado, ao qual paga pouco mais de 700 reais por semana. As viagens de 200 quilômetros entre Goiânia e Brasília são feitas a bordo de sua caminhonete blindada. Waldir não mantém escritórios em seu estado. Na capital goiana, ele atende os eleitores em uma padaria perto de casa, nas manhãs de sábado. Mas se gasta pouco, Waldir pouco aprova. Em seu primeiro mandato, o delegado protocolou 52 projetos, mas nenhum virou lei. Suas propostas previam, entre outras coisas, o fim do banho de sol e das visitas íntimas para preso. Sempre que pode, o deputado gosta de andar com uma pistola 380. Em Brasília, só não carrega a arma consigo quando está no Congresso. Mas o coldre, sempre à mostra na cintura, faz parte de seu figurino.

*Reprodução/redes sociais*

*Como delegado: ações midiáticas o catapultaram. Ele até soltou ratos  em CPI*

O homem que propala uma vida espartana, de origem humilde (diz ter sido engraxate, vendedor de picolé, servente de pedreiro, bancário, comerciário, professor, escrivão de polícia e auditor fiscal) também tem seus luxos. Ele não abre mão de desfrutar das facilidades do passaporte diplomático nas viagens regulares ao exterior. “Conheci todos os países de todos os continentes, menos da Ásia. Mas ainda vou lá”, diz. Dos Estados Unidos e da Europa, costuma trazer ternos de grifes. Tem uma coleção deles. “De uma viagem à Itália, eu trouxe 10. Tudo marca boa, mas eu pechincho muito, vou atrás das promoções.” Das viagens também gosta de trazer bons vinhos. Para andar de moto com os amigos, um de seus hobbies prediletos, ele tem uma Yamaha Dragstar de 650 cilindradas. Customizada, a máquina vale em torno de 20 mil reais. Para trilhas o deputado tem outra moto, uma TT-R, de 16 mil.

O patrimônio de Waldir cresceu 254% de 2014 para 2018. Saltou de 141 mil para 481 mil reais nesses quatro anos. A lista de bens declarados, inclui duas camionetes, um apartamento, duas casas e 150 mil reais em espécie. Em 2018, Waldir migrou para o PSL com o então pré-candidato à Presidência Jair Bolsonaro. O delegado se tornou o principal cabo eleitoral do capitão em Goiás. “Eu o carregava na minha caminhonete, quando tinha 3% das intenções de votos”, lembra. Com uma campanha de 495 mil reais, teve 274.406 votos, quase o mesmo número da eleição anterior, e foi novamente o deputado federal mais votado do estado.

Em meio a uma bancada numerosa, majoritariamente formada por debutantes na política que surfaram na onda bolsonarista, virou líder do partido com o apoio do presidente da República. Mas, assim como ocorrera com Perillo e Caiado, não ganhou o espaço que desejava — pouco modesto, Waldir esperava apoio até para se tornar presidente da Câmara. Ele diz que nunca foi recebido por Jair Bolsonaro. "Falei com ele poucas vezes, só em eventos públicos, ao pé do ouvido", afirma. Ao mesmo tempo em que dizia apoiar a política econômica do novo governo, o agora ex-líder atacava algumas das principais bandeiras da equipe de Paulo Guedes, como a reforma da Previdência, que chamou de "abacaxi".

O aparente "rompimento definitivo" com Bolsonaro, a quem chamou de "vagabundo", foi deflagrado pelos disparos recentes do presidente contra o "dono" do PSL, Luciano Bivar. "Quem começou foi o presidente da República. Foi ele que disse que o Bivar está queimado. Depois, veio aquela operação da Polícia Federal. Uma operação sem sentido nenhum. Isso eu não aceito!", brada, referindo-se à ação policial desencadeada em 15 de outubro, quando a PF foi às ruas atrás de provas em uma investigação sobre supostas candidaturas "laranjas" no PSL pernambucano em 2018.

Waldir tem evitado falar sobre o que exatamente ele teria em mãos com potencial de "implodir" Jair Bolsonaro, como ele mesmo prometeu na semana passada. A declaração foi gravada em uma reunião interna com outros integrantes do partido no dia 16, uma quarta-feira, e ganhou a ribalta no dia seguinte. "Eu vou implodir o presidente. Aí eu mostro a gravação dele, eu tenho a gravação. Não tem conversa, não tem conversa, eu implodo o presidente. Acabou, acabou, cara. Eu sou o cara mais fiel a esse vagabundo. Eu andei no sol em mais de 246 cidades para defender o nome desse vagabundo", afirmava. As ameaças foram feitas depois que **Crusoé** publicou áudios de uma gravação que circulava no PSL na qual Bolsonaro pedia apoio para tirá-lo da liderança.

Ainda em tom ameaçador, agora o deputado diz que apenas "na hora certa" usará o botão que pode detonar a suposta implosão. Apesar das idas e vindas no discurso (horas após a frase polêmica, ele chegou a dizer que havia se excedido), ele promete alvejar o presidente: "Eu nasci para ser ferrador. Vou ferrar com todo mundo que fizer algo de errado e atravessar a minha frente. Foi assim com o Marconi e com o Cunha. Vai ser assim com o Caiado e o presidente (Bolsonaro)". Se é bravata ou não, só o tempo dirá.

Manifestantes em Santiago: com redes sociais, custo de manifestações caiu, e o mundo ficou mais instável

# Turbulências no modelo chileno

Protestos são decorrência do crescimento da classe média, que quer serviços de primeiro mundo e alívio econômico

25/10/2019 00:30

DUDA TEIXEIRA

► OUVIR NOTÍCIA

Ao longo da última semana, os chilenos acordaram sem saber como seria a própria rotina. Todos os dias, o Exército anuncia qual é o horário do toque de recolher, cidade por cidade. Escolas e universidades suspenderam as aulas. Das sete linhas de metrô, apenas uma seguia funcionando após os atos de vandalismo e os protestos. Em muitos escritórios da capital Santiago, o expediente começa perto das 11 horas, com a chegada dos primeiros funcionários, para terminar no início da tarde, com as manifestações ganhando corpo. Ao toque de recolher, que pode variar entre 20 e 22 horas, todos já estão em suas casas. É quando policiais e soldados das Forças Armadas passam a patrulhar as ruas e a deter os que desafiam a ordem. Os saques a lojas e supermercados ocorrem durante a noite. Dos dezoito mortos contados nos últimos dias, a maior parte foi carbonizada dentro desses estabelecimentos.

As manifestações tiveram início com estudantes secundaristas protestando contra um aumento de 17 centavos nas tarifas do metrô. No início de outubro, eles organizaram as primeiras “evasões massivas”. Jovens se concentravam do lado de fora de uma estação e entravam todos juntos, pulando as catracas. “Evadir, não pagar. Outra forma de lutar”, gritavam. Com o tempo, grupos anarquistas e comunistas se juntaram e os protestos se tornaram violentos.

De uma hora para outra, muitos latino-americanos, incluindo vários brasileiros, passaram a ver na crise do Chile a confirmação de suas desconfianças com o modelo adotado pelo país. Pelos olhos deles, as políticas que impulsionaram o crescimento econômico – responsável por um PIB per capita que é quase o dobro do brasileiro – seriam na realidade as explicações para a insatisfação demonstrada nas cidades chilenas. Entre os motivos estaria a previdência chilena. Em artigo no jornal *Folha de S.Paulo*, o cientista político Fernando Schüler ironizou o argumento: “O sujeito tem 18 anos, sente que terá um problema aos 60 e decide saquear o Walmart ou ir à rua com um coquetel molotov, para explodir o metrô de Santiago”.

*Reprodução/redes sociais*

*Ônibus queimados nos protestos: manifestações sem liderança organizada*

Como não há uma agenda comum de pedidos ou uma liderança organizada, sobram interpretações. Paralelos foram traçados com os protestos que ocorreram no Brasil, em 2013, após o anúncio de aumento no preço das passagens de ônibus em São Paulo. Nas tais “Jornadas de Junho”, também não havia um grupo organizado ou uma pauta estruturada. Os brasileiros pediam educação e saúde com “Padrão Fifa” e o combate à corrupção. A Lava Jato prosperou, mas das outras demandas pouco se ouviu depois. Aqui, como no Chile, as redes sociais facilitaram a mobilização dos cidadãos. É um desafio dos tempos modernos. O custo de organização de manifestações caiu para quase zero, o que tornou o mundo um lugar mais instável e aumentou a pressão sobre todos os governantes. Países democráticos

passaram a ser acometidos, de tempos em tempos, por protestos massivos, sem relação com as estruturas políticas tradicionais e sem um objetivo aparente.

Antes de realizar comparações entre países, contudo, é preciso levar em conta a natureza distinta do Chile. Para começar, trata-se de uma nação com as finanças em ordem. A dívida pública está em torno de 25% do PIB. É bem menos que a do Brasil, em torno dos 80%. Não há qualquer necessidade de pedir socorro ao FMI e a sua receita extrema de austeridade, como fizeram Argentina e Equador, causando indignação entre a população. Se as Forças Armadas estão patrulhando as avenidas do Chile, isso tem sido feito dentro da Constituição, em um processo que em nada se compara à atroz ditadura militar de Nicolás Maduro, na Venezuela. O presidente chileno, Sebastián Piñera, não tem qualquer pretensão de atropelar o Legislativo e o Judiciário para perpetuar-se no poder, como faz o boliviano Evo Morales. Diferentemente do Peru, em que a corrupção generalizada fez com que a população aplaudisse a dissolução do Congresso, o Chile é um dos países menos corruptos do continente e tem partidos que funcionam.

Em alguma medida, os problemas que o país enfrenta hoje são consequências de seu sucesso. Desde 2000, a pobreza caiu de 35% para 10%. Essa nova classe média, contudo, precisou pagar para ter serviços de boa qualidade. Escolas e hospitais são privados, assim como os planos de aposentadoria. “Muitos chilenos tiveram de se endividar para ter uma vida digna. Este é um sistema que exige muito esforços dos cidadãos, que não têm uma válvula de escape, como a possibilidade de trabalhar na informalidade e pagar menos impostos”, diz o cientista político peruano Carlos Meléndez, professor da Universidade Diego Portales, no Chile.

Por essa ótica, as manifestações poderiam ser entendidas como pedido por um alívio na situação econômica da classe média, que hoje representa 65% da população. Em linhas gerais, os manifestantes querem mais estado. Nesse ponto, os jovens chilenos se parecem com os de países desenvolvidos que, desde as crises de 2007, nos Estados Unidos, e 2011, na Europa, organizaram pelas redes sociais mobilizações pedindo serviços gratuitos (como se houvesse almoço de graça) e de boa qualidade.

*Reprodução*

*O presidente Sebastián Piñera: pacote para aliviar a situação da classe média*

A questão é que, se mesmo para países desenvolvidos a manutenção de um sistema de bem-estar tem sido insustentável, para o Chile ela é uma miragem. “O Chile vive o desafio de estar em um meio-termo. Apesar de estar melhor que outros países da região, sua renda per capita é intermediária, não chega ao nível dos países do primeiro mundo”, diz a economista Patricia Krause. “O país não tem condições de oferecer serviços como os dos países desenvolvidos, mas é cobrado por isso.”

Após reagir de maneira abrupta, declarando estar em uma guerra, o presidente  Sebastián Piñera pediu perdão e anunciou um pacote de medidas. Entre as propostas, que ainda terão de ser aprovadas pelo Congresso, está um aumento de 20% na aposentadoria mínima solidária, para pessoas sem planos privados. Também deve ser estabelecido um teto de gastos familiares com saúde. Se os custos ultrapassarem o valor, o estado poderia ajudar a arcar com eles. Tarifas de eletricidade serão congeladas.

As medidas foram combinadas com os líderes dos principais partidos que, embora não tenham organizado as manifestações, articularam-se para encontrar uma solução. Apenas alguns partidos menores de esquerda, que enalteceram os protestos, recusaram-se a se reunir com os representantes do governo. “O Chile não é um oásis em que tudo dá certo, mas também não perdeu sua democracia”, diz o sociólogo chileno Aldo Mascareño, do Centro de Estudos Públicos. “Este é o momento para os partidos e o governo canalizarem as questões que foram colocadas nas ruas. Se isso acontecer, os distúrbios poderão diminuir”.

"O agronegócio foi o setor que primeiro abraçou Jair Bolsonaro. Claro que existe uma empatia dos dois lados"

# O 'vice-ministro' desabafa

Luiz Antônio Nabhan Garcia, secretário do Ministério da Agricultura que vive se engalfinhando nos bastidores com a chefe, Tereza Cristina, diz por que o agronegócio virou uma espécie de sócio do governo e explica a crise com militares que denunciaram esquema no Incra

25/10/2019 00:30

CAIO JUNQUEIRA

► OUVIR NOTÍCIA

O cargo não existe em nenhum organograma de Brasília, mas sobre a mesa de Luiz Antônio Nabhan Garcia, no quinto andar do Ministério da Agricultura, uma placa exibe o título que ele se autoconcedeu: vice-ministro. Logo abaixo, em letras menores, vem o nome oficial do posto que ele ocupa por ali: secretário de Assuntos Fundiários. Adversário interno da titular da pasta, a ministra Tereza Cristina, Nabhan foi presidente da União

Democrática Ruralista, a UDR, e nas últimas semanas conseguiu afastar de uma só vez quatro militares que ocupavam cargos de comando no Incra, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Entre eles estava o presidente do órgão, o general Jesus Corrêa.

As demissões deflagraram uma crise. Por mensagem de WhatsApp, Corrêa saiu atirando. Disse que o Incra é um "esgoto" controlado por "organizações criminosas". Um dos subordinados do general, o coronel Marcos Antonio dos Santos, declarou a **Crusoé** que a confusão começou porque os militares se recusaram a atender interesses particulares de Nabhan, em especial a titulação de terras de ruralistas ligados a ele. O secretário tornou-se amigo particular de Jair Bolsonaro depois da campanha presidencial, especialmente por tê-lo aproximado de players importantes do agronegócio. Nesta entrevista a **Crusoé**, Nabhan Garcia, de 61 anos, fala da recente crise no ministério e da relação do setor que representa com o governo. Eis os principais trechos.

**Militares que deixaram o Incra apontam a existência de uma organização criminosa lá dentro, dizem que eram uma "pedra no sapato" e que, por isso, caíram. Procede?**
Por que só falaram depois de demitidos? Nunca falaram nada para mim nem para a ministra (*Tereza Cristina*). Pedra no sapato por quê? Todo governo tem metas e compromissos. Eles não estavam cumprindo as metas. Nada pessoal contra eles, absolutamente nada pessoal. O cara é um general do Exército, tem uma formação inclusive intelectual. Só que o Incra é um órgão 100% técnico e, como viemos da iniciativa privada, temos que mostrar serviço. Chega de político prometer e não cumprir. É o que o presidente disse: "Sou da verdade. Prometi e vou cumprir". A campanha do presidente teve participação significativa do setor produtivo e hoje tem um passivo muito grande na titulação de terras. A promessa de campanha é entregar no mínimo 600 mil títulos e o passivo é de 1 milhão de títulos. Já se passou praticamente um ano e não foi entregue absolutamente nada.

**Ele disse que o Incra é um esgoto.**
Não consigo assimilar essa revolta. O Incra é um esgoto? Então o que ele estava fazendo dentro do esgoto? Depois que foi exonerado é que vem dizer que o Incra era um esgoto? Está errado. Isso é falta de ética. Falta de respeito com os funcionários do Incra. São cidadãos, pais de família. Ser chamado de esgoto, dizer que tem organização criminosa. Onde está a organização criminosa? Já que não apresentaram provas quando estavam lá e fizeram a denúncia ao serem exonerados, então vão ter agora a oportunidade de explicar à Polícia Federal, Ministério Público e Tribunal de Contas da União onde está isso.

**O coronel Marcos dos Santos, que era diretor e foi exonerado com o general Jesus Corrêa, acusa o sr. de ingerências no órgão em favor de aliados.**

Essa afirmação é leviana e não procede. Ele que prove. Aqui ninguém advoga em causa própria. Nem vou comentar. Eu nem tinha contato com ele. O que ele era no Incra? Tinha lá uma diretoria nem sei do quê. Eu não conversava com ele. Não vou entrar em polêmica. Isso é coisa de cortiço. Não vou entrar nesse bate-boca. Ele vai ter oportunidade de explicar e provavelmente (*o que ele diz*) será caracterizado como prevaricação. As cobranças que eu fazia eram com o general, com o presidente do Incra. Eu não tenho que discutir com diretor.

**Por que eles foram demitidos?**

Eles não apresentaram o que precisava ser apresentado. Imagine o que acontece com todo jogador que faz parte do time titular e não está apresentando bom desempenho. O técnico substitui. Ninguém é insubstituível. Na reforma agrária, quando se cria projeto de assentamento, você coloca a família lá e passa a ser ocupante. Ela tem o lote, mas não o título. Sem o título, você não tem nada. Não tem linha de crédito, fomento. Você não é o proprietário. Então, o cidadão precisa ter o título de propriedade. Se a titulação fosse seguir na toada que estava indo com a gestão do general, em 100 anos não ia concluir isso. As coisas precisam andar. Não pode ter burocracia. A burocracia é um inimigo.

**O sr. levou essas queixas pessoalmente ao presidente?**

Levei para a ministra Tereza Cristina e para o presidente. Porque na lei e no decreto de regulamentação, quem supervisiona e coordena o Incra é a Secretaria de Assuntos Fundiários. Agora, se alguém acha que porque tem patente de general está acima do que a lei determina, só tenho a lamentar. Eu tenho um nome. O que o coronel e o general disseram está tudo aqui (*mostra um envelope com as acusações*). Eles vão ter que prestar contas. Vão ter que dizer onde está a organização criminosa, sob pena de prevaricação, calúnia e difamação. Isso é conversa de quem não tem responsabilidade e consciência do que é ocupar um cargo público.

**Quem colocou os militares lá?**

O general Jesus foi uma indicação que o (*ex-ministro da Secretaria de Governo*) general Santos Cruz fez para mim. O general Jesus veio aqui na minha sala. Fiz uma entrevista com ele e deixei claro que o governo tinha compromissos, deixei clara a dificuldade financeira do governo, disse que tinha que ter conhecimento técnico, que onde encontrasse rastros e comprovação de corrupção, era para exercer a autoridade dele. Mas, efetivamente, onde ficasse comprovado.

*Adriano Machado/Crusoé*

*"É um status, porque é uma secretaria especial. Mas pode me chamar de Nabhan. Não estou preocupado com isso"*

**Quem conhece o Incra por dentro diz que ainda há forte presença do PT e influência de políticos de esquerda no órgão. É fato?**

Até tem.

**E por que o atual governo não consegue remover esses apadrinhados?**

Não sei se é só questão de ideologia ali dentro. Há muitos ecos de pessoas que são contra a conciliação judicial na regularização fundiária. E lá dentro do Incra tinha gente contra. Vamos ver agora. A expectativa é que vai mudar aos poucos. Mas, veja, eu sou governo e não posso criticar o próprio órgão que está subordinado a mim. O que estou fazendo é dizer quais são as diretrizes.

**Ter demitido quatro militares em um governo de um presidente que vem da caserna é uma demonstração de força. De onde vem a influência do sr. sobre o presidente?**

O presidente foi militar há mais de 30 anos. Continua sendo um militar, claro, mas ele passou a ser um parlamentar. Esse parlamentar que chegou no Congresso em 1991 nunca esteve ausente para nós. Todas as vezes em que o setor produtivo precisou dele, ele esteve ao lado do setor, mesmo não sendo produtor rural. Ele sempre foi contra invasão de propriedade, contra expropriação injusta, contra reforma agrária equivocada. Sempre houve uma empatia do setor com ele, e a UDR nunca escondeu essa empatia. Acompanhou o presidente por todo o Brasil na campanha. Conheço ele há muito tempo, mas é óbvio que a amizade se aprofundou durante a campanha, quando ele mesmo dizia que eu era o conselheiro dele para o setor do agronegócio.

**O sr. o ajudou a arrecadar recursos para a campanha?**

Não. Imagina! A UDR se mobilizou para fazer uma campanha pé no chão com ele. Apoiamos ele desde o começo. Teve muitos proprietários e empresários do agronegócio que queriam apoiar (*financeiramente*) e ele falava que não.

**Este é um governo também dos ruralistas?**

O presidente Bolsonaro é um homem inteligentíssimo. Qual o setor mais relevante do país hoje? Os números não mentem. Superávit primário, balança comercial, geração de emprego? É o agronegócio. E foi o setor que primeiro abraçou Jair Bolsonaro. Claro que existe uma empatia dos dois lados. Houve diferença gritante neste governo. Praticamente acabaram as invasões. E acabou porque o governo cortou a mamata dos movimentos sociais.

**O apoio será mantido em 2022?**

Eu não tenho dúvida. Ele está cumprindo o que prometeu. Falava que ia acabar com as invasões, por exemplo, e elas acabaram.

**Como contraprestação pelo apoio nas últimas eleições, chegam pedidos heterodoxos do setor? Como o sr. lida com eles?**

Tudo que chega aqui vai para um protocolo e encaminho para análise do Incra. Pedido estranho qualquer um pode fazer, mas nunca teve. Não advogamos em causa própria.

*Adriano Machado/Crusoé*

*O Incra é um esgoto? Então o que ele estava fazendo dentro do esgoto? Depois que foi exonerado que vem dizer?"*

**O que o agronegócio ainda espera do atual mandato do presidente? Perdão ao passivo do Funrural, o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, é um dos compromissos?**

O governo não pode reeditar nenhum novo Refis (*programa de refinanciamento da dívida*) sobre o Funrural. Canetada não pode. É ilegal. O consenso hoje é mudar isso através de projeto de lei porque ninguém pode passar por cima do que o STF já decidiu (*a corte entendeu que a cobrança do Funrural é constitucional*). Só existe uma instituição que pode mudar isso: o Congresso. Isso está sendo discutido.

**Mas com apoio do governo.**

Evidente que sim.

**Há mais propostas que o agronegócio espera como retribuição ao apoio na campanha?**

A questão da segurança jurídica é importantíssima.

**O que isso significa?**

Assegurar o direito de propriedade. Propriedade não é penico que fica invadindo a qualquer hora e fazendo sujeira. Propriedade é propriedade. Tem que ser respeitada. A ordem do presidente é essa. E eu o acompanhei na campanha e é por isso que estou aqui. Tenho uma função institucional que é supervisionar o Incra. Então, tenho que fazer com que as promessas de campanha se realizem. Não vai ter mais um presidente que faz promessa e não cumpre. O propósito é primeiro fazer a regularização fundiária e, segundo, dar garantia ao direito de propriedade. Se tem alguém que é contra a conciliação, é contra também o governo Bolsonaro.

**O sr. tem críticas ao trabalho de sua chefe, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina?**

Relato tudo a ela. Entre eu e ela há uma relação de respeito. Temos que compartilhar o objetivo do presidente da República. Da mesma forma que o presidente dá autonomia aos seus ministros, também aqui recebemos autonomia da ministra. Existe um respeito institucional.

**O sr. quer a cadeira dela?**

Algumas vezes cotaram meu nome para ser ministro. Mas quando surgiu o nome da Tereza Cristina, fiquei muito satisfeito. Ela é minha amiga de vários anos. Claro que algumas vezes temos divergências. Mas eu mesmo disse ao presidente para ele ficar tranquilo, porque meu nome, às vezes, tem sido cogitado, mas ele deve ficar à vontade porque ele precisa de alguém que tenha essa ligação com a base do setor rural. Eu tenho respeito pela ministra e ela por mim. Nunca tivemos no governo nada que fugisse a uma sintonia.

**Por que o sr. se deu o título de vice-ministro?**

É um status, porque é uma secretaria especial. Mas pode me chamar de Nabhan. Não estou preocupado com isso.

**Como o agronegócio, um pilar relevante de apoio do atual governo, tem enxergado as disputas envolvendo o presidente, os filhos dele e o partido que o elegeu?**

Não vou entrar nisso.

**Qual é a maior qualidade e qual é o maior defeito, a seu ver, do atual governo?**

Não vejo nenhum defeito nesse governo. Quanto tempo tentaram aprovar a Previdência? Mostrou aí que tem diálogo aberto com Senado e Câmara. Não consigo ver defeito. Eu vejo boa vontade. E, claro, dificuldade para conseguir as coisas, porque herdou uma herança maldita.

# Direto no testamento

25/10/2019 00:30

► OUVIR NOTÍCIA

Mensagens apreendidas pela Lava Jato indicam que Paulo Preto, apontado como um dos operadores de propina para o PSDB, tem negócios em Delaware, um conhecido paraíso fiscal americano. Em novembro de 2018, uma das filhas dele pergunta em um grupo de WhatsApp da família quando ela teria de assinar um determinado documento. É o próprio Paulo Preto quem responde: "Não precisa assinar nada de Delaware, vcs são herdeiras!". "Somente constará no testamento", emenda. O ex-diretor da Dersa, a estatal paulista de obras viárias, está preso no Paraná desde fevereiro, quando foi alvo de uma das fases da Lava Jato.

*Robson Fernandes/Estadão Conteúdo*

*Paulo Preto: em Delaware "não precisa assinar nada"*

# Quem tem medo de Cabral?

25/10/2019 00:30

► OUVIR NOTÍCIA

O entorno de Sergio Cabral tem dito que ele vem sofrendo represálias do Poder Judiciário em decorrência da intenção de fazer um acordo de delação premiada com a Polícia Federal. Interlocutores apontam como exemplo dessa "reação" as dificuldades que o governador enfrenta para fazer cumprir a decisão do juiz Marcelo Bretas que autorizou sua transferência do Complexo de Bangu para um quartel da Polícia Militar. Os embaraços enfrentados na Justiça estadual, dizem, estariam sendo motivados por razões eminentemente corporativas, a começar pelo temor de que Cabral envolva nomes de magistrados fluminenses na possível delação.

*Agência Brasil*

*Cabral preso: delação amedronta uma ala do Judiciário fluminense*

# Visita marcada

25/10/2019 00:30

► OUVIR NOTÍCIA

Investigadores da Polícia Federal que trabalham no inquérito sobre o atentado a Jair Bolsonaro devem desembarcar na próxima quinta-feira, 31, em Campo Grande, para tomar o depoimento de vizinhos de cela de Adélio Bispo de Oliveira. Um deles, como **Crusoé** noticiou, disse ter ouvido do autor da facada no presidente supostas confidências sobre a participação de outras pessoas no crime.

*Reprodução/redes sociais*

*Adélio Bispo: ele também será ouvido, mais uma vez*

# Apoio qualificado

25/10/2019 00:30

► OUVIR NOTÍCIA

Roberta Rangel, mulher de Dias Toffoli, está em franca campanha para influir na escolha do sucessor do ministro Félix Fischer no Superior Tribunal de Justiça. No papel, Fischer deveria se aposentar apenas daqui a cinco anos, mas como sua saúde está debilitada, nos bastidores a aposta é que ele pedirá para sair antes. A vaga será preenchida por um representante da advocacia. A senhora Toffoli tem marcado audiências com conselheiros da OAB para apresentar seu candidato, Otavio Luiz Rodrigues Júnior, representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Professor da USP, Otavio tem perfil multifacetado. Antes de chegar ao CNMP, ele trabalhou na cúpula da AGU e foi conselheiro da Anatel por indicação do notório Eunício de Oliveira.

*SCO/STF*

*A advogada Roberta Rangel é dona de um escritório em Brasília*

# Jogando contra

25/10/2019 00:30

► OUVIR NOTÍCIA

O sentimento de corpo em Brasília não tem limites. Dias atrás, um senador chegou à Casa Civil para uma reunião com o ministro Onyx Lorenzoni e, enquanto esperava pelo início do encontro, foi abordado por uma funcionária do gabinete que lhe fez um pedido curioso. Sem cerimônia, ela pediu que o senador vote contra a reforma administrativa proposta pelo governo. Você não entendeu errado: foi um ato explícito de uma assessora do Planalto cabalando voto contra uma proposta do próprio Planalto. A campanha aberta dos servidores se dá porque a reforma tenta acabar com privilégios históricos do funcionalismo.

*Agência Brasil*

*Onyx Lorenzoni: auxiliares trabalhando contra o governo*

# Minando por dentro

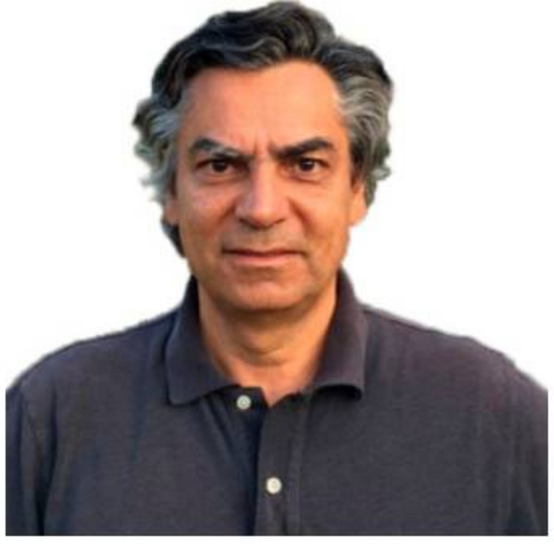
25/10/2019 00:30

► OUVIR NOTÍCIA

No Palácio do Planalto não restam dúvidas de que Joice Hasselmann está operando dentro do PSL em favor dos interesses do governador de São Paulo, João Doria, que ensaia uma candidatura presidencial em 2022. As ligações entre Doria e Joice são conhecidas. Até muito recentemente, os dois se falavam várias vezes por dia. Nesta semana, sem descer a detalhes, Bolsonaro pediu a aliados que estejam atentos a "sabotagens".

*Rafael Carvalho/PR*

*Joice com Bolsonaro na transição de governo: relação azedou*



DIOGO
MAINARDI
NA ILHA DO DESESPERO

# O deputado A

25/10/2019 00:30

► OUVIR NOTÍCIA

A frase do ano:

“Não me interessa se o deputado A responde a 20 estupros, 80 homicídios ou seja lá o que for”.

O autor da frase é Rodrigo Bacellar, do Solidariedade, relator da manobra por meio da qual os legisladores do Rio de Janeiro decidiram soltar cinco deputados estaduais presos pela Lava Jato.

É o melhor resumo de 2019: o deputado A pode cometer as piores monstruosidades, mas ninguém tem o direito de mandá-lo para a cadeia.

O STF, claro, foi ainda mais longe. Além de blindar o deputado A, contorceu a lei a ponto de blindar igualmente estupradores e homicidas, com ou sem mandato. A **Crusoé** cravou o momento exato em que a reviravolta ocorreu: 16 de julho. Naquele dia, Dias Toffoli travou o inquérito de Flávio Bolsonaro e, com uma canetada marota, conseguiu domesticar o presidente da República. Uma semana depois, de fato, o chefe do Supremo exibiu publicamente sua besta enjaulada, anunciando que, sem ele, Jair Bolsonaro teria sido cassado.

Os golpes contra a Lava Jato sucederam-se desde então. E ainda falta o maior de todos: o julgamento para anular as penas de Lula, que deve causar um tumulto danado. Os ministros do STF sabem disso, tanto que instauraram um inquérito inconstitucional para criminalizar o esperneio digital (e, de quebra, censurar as reportagens do nosso site).

É um fato: a fúria nas redes sociais sempre transborda para as ruas. Está ocorrendo no resto da América Latina, e vai ocorrer também no Brasil — agora ou daqui a algum tempo. A única certeza é que o *annus horribilis* da Lava Jato, sintetizado na frase do deputado estadual do Rio de Janeiro, vai encontrar uma resposta inconformada da sociedade. E ninguém é capaz de prever o resultado desse duelo.

# Você é um idiota. Eu também

25/10/2019 02:09

MARIO SABINO

► OUVIR NOTÍCIA

Você é um idiota. Eu também. A Odebrecht nunca pagou propina da sua conta de propina. A OAS nunca pagou propina da sua conta de propina. Empreiteira nenhuma jamais pagou propina da sua conta de propina. As contas de propina não eram contas de propina. Propina é um mal necessário. O país não anda sem propina. O Brasil ficou travado em quatro anos num moralismo enfrentando questões de ordem e esquecendo o progresso. Você nunca vai ter progresso se tiver que ter ordem como uma premissa. Mas a Petrobras não foi saqueada por políticos. A Petrobras foi saqueada apenas por executivos. Bilhões, que bilhões? Lula é inocente. O tríplex de Lula nunca foi de Lula. O sítio de Lula nunca foi de Lula. O Instituto Lula nunca foi de Lula. Lula nunca teve conta de propina. Dilma Rousseff é inocente. José Dirceu é inocente. O PT não é uma organização criminosa. Michel Temer é inocente. Eduardo Cunha é inocente. Renan Calheiros é inocente. Sérgio Cabral já pagou o que devia. O PMDB não é uma organização criminosa. Ciro Nogueira é inocente. O PP não é uma organização criminosa. Aécio Neves é inocente. Beto Richa é inocente. O PSDB não é uma organização criminosa. A Lava Jato é uma operação ilegal. A Lava Jato é um braço dos golpistas. A Lava Jato é um braço da direita. Na direita só tem fascista. A gravação do Bessias foi armação. Lula nunca quis foro privilegiado. O impeachment de Dilma foi golpe. Pedalada não é fraude. Pedalada não é crime. Todo mundo pedalou. A crise econômica é responsabilidade do golpe. A crise econômica é responsabilidade de Jair Bolsonaro. A crise econômica é responsabilidade da Lava Jato. Deltan Dallagnol é corrupto. Deltan Dallagnol é torturador. Sergio Moro é corrupto. Sergio Moro é torturador. Antonio Palocci sempre foi mentiroso. O MPF é uma camarilha. O TRF-4 age contra a lei. A Lava Jato nasceu na CIA. O STF está acovardado. A Lava Jato só existe por causa do STF. Gilmar Mendes defende o Estado de Direito. Dias Toffoli defende o Estado de Direito. Ricardo Lewandowski defende o Estado de Direito. Alexandre de Moraes defende o Estado de Direito. Marco Aurélio Mello defende o Estado de Direito. Celso de Mello defende o Estado de Direito. Rosa Weber defende o Estado de Direito. O inquérito sigiloso não é inconstitucional. O inquérito sigiloso não é sigiloso. A **Crusoé** não sofreu censura. *O Antagonista* não sofreu censura. A culpa é da Globo. A culpa é da imprensa. O STF não é covarde. O STF defende a democracia. A condução coercitiva é arbitrariedade. A Justiça Eleitoral julga corrupção com caixa dois. A prisão de condenados em segunda instância é contra a Constituição. A prisão de condenados em segunda instância prejudica os pobres. A

prisão de condenados em segunda instância vai explodir o sistema carcerário. Aboliram a presunção de inocência. Réu delatado é mais réu do que réu delator. É preciso rever a delação premiada. Ninguém pagou nada aos hackers. Os hackers são patriotas. As mensagens roubadas são provas válidas. Juiz jamais trocou mensagens com procurador. Juiz jamais conversou sozinho com advogado. Na Lava Jato só tem gente ordinária. Na Vaza Jato só tem gente bonita, elegante e sincera. A virtude é da imprensa. É preciso prender Deltan Dallagnol. É preciso prender Sergio Moro. É preciso superar a Lava Jato. O PT só cometeu erros. O PT só precisa fazer autocrítica. Lula é inocente. Bilhões, que bilhões? As contas de propina não eram contas de propina. Empreiteira nenhuma jamais pagou propina da sua conta de propina. A OAS nunca pagou propina da sua conta de propina. A Odebrecht nunca pagou propina da sua conta de propina. A OAS quebrada quebra o país. É preciso contratar a OAS livre. A Odebrecht quebrada quebra o país. É preciso contratar a Odebrecht livre. É preciso dar um julgamento justo a Lula livre. É preciso anular as condenações de Lula livre. É preciso soltar Lula livre. É preciso soltar todo mundo livre. É preciso dar o Nobel da Paz a Lula livre. É preciso reeleger Lula livre. Eu sou um idiota. Você também. A livre associação ainda é livre.

# O doping ideológico

25/10/2019 02:09

ANA PAULA HENKEL

► OUVIR NOTÍCIA

Rachel McKinnon, um homem biológico que se apresenta como mulher, venceu esta semana o campeonato mundial feminino de ciclismo e estabeleceu um novo recorde mundial feminino para a categoria que disputou. A presença de transexuais no esporte feminino, que é debatida atualmente no mundo ocidental, ganhou nos últimos dias mais um bizarro capítulo na inacreditável "polêmica" sobre homens formados com testosterona durante anos competindo com mulheres.

Sou mulher e atleta, dediquei décadas da minha vida ao esporte e sou absolutamente contra a presença de transexuais no esporte feminino. Há dois anos decidi tornar público meu total descontentamento com o Comitê Olímpico Internacional (COI) e algumas entidades esportivas que permitiram a entrada de homens biológicos em competições para mulheres. Minhas razões, embasadas pela óbvia biologia humana e também por 24 anos de experiência, não mostram apenas por que a biologia e a ciência devem ser os pilares mais respeitados no esporte, mas como estes pilares sustentam os sonhos, o trabalho e a dedicação de milhares de jovens atletas e mulheres no mundo.

Antes de tudo, é sempre importante salientar que esta discussão não é – e não pode ser – sobre tolerância ou preconceito, mas sobre a volta do bom senso e da defesa da verdade, completamente abandonados para acomodar o discurso da ideologia de gênero aliado ao raso ambiente da sinalização de virtude. Sou solidária em relação às batalhas que transexuais precisam enfrentar para que seus corpos se alinhem melhor com o que desejam ou sentem — seus desafios internos são inimagináveis para mim e, por isso, acredito e prego que a identidade social de qualquer pessoa deva ser respeitada em uma sociedade madura. No entanto, no campo esportivo, é impossível ignorar a identidade biológica de um corpo geneticamente masculino, com composição óssea e muscular superior, além de órgãos, como coração e pulmões, com maiores capacidades aeróbicas.

O assunto no Brasil entrou no debate público  depois que Tiffany, que foi Rodrigo até os 30 anos de idade, foi autorizada pela Confederação Brasileira de Vôlei a competir na Superliga Feminina de Vôlei. Atletas transexuais femininas são autorizadas a competir com mulheres quando se encaixam na recomendação do COI – não é regra, nem lei – que usa como único

critério o nível de testosterona de até de 10 nmol/L (nanomol/litro) durante 12 meses. A cirurgia de redesignação de gênero não é mais obrigatória (pois é... respirem, tem mais). Um "detalhe" que parece nunca ser lembrado no debate é que esse "reduzido" nível de testosterona para atletas trans ainda é 384% maior do que a média produzida pelas mulheres, o que, por si só, mantém o desequilíbrio competitivo. Outro "detalhe" abandonado nessa "polêmica" é que o uso de testosterona por uma mulher biológica até 10 nmol/L, o mesmo nível permitido para atletas transexuais, é considerado doping e ela será suspensa ou banida de acordo com as regras e leis antidoping. Alguém falou em discriminação?

Defensores de transexuais nos esportes femininos têm como linha de argumento que essas atletas passam por tratamentos para bloquear a testosterona, reduzindo assim seus níveis ao nível exigido pelo COI, e isso – e apenas isso — seria suficiente para que homens biológicos sejam considerados "mulheres" no âmbito esportivo. Permita-me explicar outro absurdo desta ideia: mulheres que, como eu, disputaram competições femininas oficiais desde as categorias de base passam décadas sendo monitoradas em incontáveis testes — dentro e fora do período de competições –, para que em nenhum momento de nossas vidas nossos corpos sejam construídos com a substância-primor para atletas, a testosterona. Ao mínimo traço de testosterona acima do nível permitido para mulheres biológicas, uma suspensão é imediatamente aplicada e o caso vai para julgamento na corte esportiva, podendo a atleta ser suspensa por meses, anos ou banida do esporte para sempre, perdendo retroativamente todos os seus títulos e conquistas.

Toda essa legítima patrulha médica com as mulheres serve exatamente para a aplicação das rigorosas leis esportivas que combatem o doping e mantêm o esporte justo. Atletas que trapaceiam com o mínimo uso de testosterona em algum momento da vida devem ser suspensas, e é isso que esperamos das organizações médicas e antidoping do esporte. Assistimos atualmente a entidades esportivas fechando os olhos para a biologia humana e para as justas políticas antidoping, na tentativa de ludibriar a ciência em nome de agendas político-ideológicas. Assistimos atualmente a um grande deboche às mulheres e aos responsáveis pelo esporte no mundo sendo coniventes com a forma suprema de misoginia. Uma declaração de boas intenções das entidades encarregadas de proteger o esporte escrupuloso e correto não é suficiente para justificar tamanho absurdo. Por que o sério parâmetro do esporte limpo para mulheres foi jogado no lixo e totalmente abandonado para acomodar atletas transexuais?

É preciso relembrar que essa agenda político-ideológica ultrapassou qualquer limite do absurdo quando permitiram que Fallon Fox, um ex-militar e ex-caminhoneiro americano, se tornasse a primeira lutadora transexual de MMA. Fox não apenas venceu cinco das seis

lutas que disputou como causou profundas lesões corporais nas suas oponentes, como concussões sérias, além de faces e ossos fraturados. Digam o quiserem, Fox é um homem batendo publicamente em uma mulher numa arena politicamente correta. É justo simplesmente fingir que estas inegáveis diferenças biológicas não existem, em nome de uma agenda ideológica que servirá para cercear um espaço tão duramente conquistado pelas mulheres ao longo de séculos? Como aceitar homens biológicos em competições como lutas, batendo impiedosamente em mulheres e ainda ganhando dinheiro, fama e medalhas por isso? Será que todos enlouquecemos ao permitir tamanho descalabro?

Até hoje não há estudos comparativos ou qualquer pesquisa sobre atletas transexuais. É preciso esclarecer que a absurda recomendação do COI foi embasada em apenas um artigo escrito por uma médica transexual, Dra. Joanna Harper, onde ela levou em consideração apenas a análise comportamental de quatro corredoras transexuais. Em defesa das mulheres, dados comparativos das federações de natação e atletismo dos EUA mostram que a diferença entre meninos e meninas já é óbvia e significativa aos 6 anos de idade, com essas diferenças ficando mais acentuadas na puberdade. As mesmas federações mostram, por exemplo, que a campeã olímpica de atletismo dos 100 metros na Olimpíada de 2016 seria apenas o 9º tempo masculino nos Jogos Estudantis Americanos para garotos de até 18 anos. As federações mostram também que nenhum dos tempos das finais femininas de atletismo nos 100, 200, 400 ou 800 metros nos Jogos Olímpicos de 2016 sequer se classificaria para os Jogos Estudantis do Ensino Médio nos EUA para meninos de até 18 anos.

O problema, criado na mais alta instituição esportiva e posto de quem deveria ser o guardião do esporte no mundo, o Comitê Olímpico Internacional, já mostra um efeito cascata devastador até para quem não compete em níveis profissionais. Nos Estados Unidos, meninas do ensino médio que treinam anos para tentar o ingresso nas caras universidades americanas através de bolsas atléticas já começam a perder seus espaços – e bolsas universitárias – para meninos biológicos que se identificam como meninas. Selina Soule, atleta do ensino médio de uma escola em  Connecticut, entrou com um processo contra o estado e está desafiando a política de permitir que atletas transexuais possam competir em esportes femininos com base em sua identidade de gênero. Selina ficou de fora das finais do campeonato estadual, usado por técnicos universitários para recrutar jovens atletas femininas, quando perdeu para dois meninos biológicos na fase classificatória. Infelizmente, meninas biológicas que treinam durante anos já assistem a seus esportes das arquibancadas e em pouquíssimo tempo assistiremos ao esporte feminino ser judicializado e ser disputado em cortes e tribunais.

O esporte sempre foi um grande e respeitado veículo de conquistas femininas, um caminho que sempre evidenciou a luta das mulheres contra queles que tentaram impor limites aos sonhos de todas que se dedicaram e se dedicam incansavelmente para mostrar nosso verdadeiro valor, talento, capacidade de superação e mérito. O legado do esporte feminino limpo e justo para as mulheres e para o futuro de jovens atletas está em jogo. É necessário abraçar o bom senso novamente e dizer NÃO! à exclusão de meninas e mulheres no esporte e mostrar que essa apressada, irrefletida e irresponsável decisão de querer incluir homens biológicos, nascidos e construídos com testosterona, no esporte feminino sai da esfera da tolerância e constrange, humilha e exclui mulheres. Biologia não é de esquerda nem de direita e, assim como o doping físico, esse doping ideológico não passa de mais uma forma de trapaça.

**Ana Paula Henkel é analista de política e esportes. Jogadora de vôlei profissional, disputou quatro Olimpíadas pelo Brasil. Estuda Ciência Política na Universidade da Califórnia.**

# O 'conservadorismo' do dinheiro alheio

25/10/2019 00:30

FELIPE MOURA BRASIL

► OUVIR NOTÍCIA

Em 12 de outubro de 2019, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) publicou no Twitter fotos do evento alegadamente conservador CPAC Brasil.

"O CPAC não é sobre Bolsonaro, governo e políticos", escreveu o filho 03 do presidente da República, Jair Bolsonaro. "É sobre nos identificar, saber o que é ser conservador e levantar nossa [sic] bandeiras."

Seis dias antes, em 6 de outubro, Eduardo Bolsonaro havia escrito para Nando Moura uma mensagem que só seria revelada pelo youtuber em vídeo do dia 16:

"Nando, sigo te considerando. Mas neste momento está ocorrendo uma escalada nos ânimos que acredito que não seja prudente você ir ao CPAC. As pessoas já me questionam o porquê de você ir. Elas têm a impressão que você está em pé de guerra com o governo e não entendem mais seus posicionamentos. Obrigado por ter aceitado. Mas estou te desconvidando para este evento dia 11 e 12/OUT. Abraço."

Ou seja: "O CPAC não é sobre Bolsonaro, governo e políticos", mas um convidado que ousou criticar Bolsonaro, seus filhos políticos e o governo foi desconvidado.

Eu não precisei ser desconvidado para o evento. Recusei-me a participar quando fui sondado pela coordenadora Taís Morais, que me perguntou, em áudio, se eu "teria como me mandar um orçamento". Questionei primeiro: "Quem seriam os painelistas? Quem são os organizadores? É a família Bolsonaro, como anuncia a imprensa?"

"Oi, Felipe, sim", respondeu ela, também em áudio. "O Eduardo foi quem trouxe o evento. Mas não é da família Bolsonaro. É o CPAC Brasil. O Eduardo falou com o pessoal do CPAC dos Estados Unidos para fazer este evento aqui, e a fundação Índigo é que está por trás e está financiando basicamente este evento. O Eduardo só foi mesmo o mediador com a turma do conservadorismo lá dos Estados Unidos."

É o curioso caso, como saberíamos mais tarde, do “mediador” que desconvida.

A coordenadora então me passou o endereço do site para que eu visse os nomes dos palestrantes confirmados e, quando me deparei
com aquele quadro bolsonarista de ministros, políticos e militantes, nem as presenças de Ana Paula Henkel e Bene Barbosa – com suas defesas legítimas das mulheres contra a invasão de homens biológicos no esporte feminino e da flexibilização da posse e do porte de armas, respectivamente – dissuadiram-me de responder:

“Obrigado pelo seu convite, Taís, mas não farei o evento. Abraços.”

Até por ter sido o primeiro brasileiro a roteirizar e apresentar um vídeo
da PragerU, produtora criada pelo radialista americano e autor conservador referencial Dennis Prager, não posso chancelar o “conservadorismo” de um evento quase totalmente reduzido ao bolsonarismo da turma de Eduardo e dos blogueiros de crachá (que fingem não saber distinguir esta descrição e rótulos infamantes de nazista e fascista).

Como nem cogitei passar orçamento, não me interessei em saber, naquele momento, de onde vinha o dinheiro da tal Fundação Índigo – 1,1 milhão de reais do fundo partidário do PSL, como *O Antagonista* noticiaria no dia 13.

O CPAC americano (Conservative Political Action Conference) é financiado por empresas privadas (que poderão pagar, na edição de 2020, de 4 mil a 120 mil dólares) e pelos compradores de ingresso (que vão de 55 a 5.750 dólares), o que demanda tempo para promover o evento. A PragerU é financiada por doadores, para os quais promove um jantar anual, do qual participei em 2016.

Evento “conservador” pago com dinheiro público é mais uma inovação da
ala bolsonarista fisiológica que abriga militantes virtuais em gabinetes de assembleias legislativas e do terceiro andar do Palácio do Planalto, enquanto os ministros Paulo Guedes (com reformas como a da Previdência, agora aprovada), Sergio Moro (com a queda de 22% no número de mortes violentas), Tarcísio Freitas (com seu programa de concessões em prol da modernização da infraestrutura nacional) e Tereza Cristina (com a ampliação da pauta de exportações dos produtos agropecuários brasileiros) trabalham para tirar o país do poço onde o petismo o deixou.

Eduardo Bolsonaro, em sua tática de rebater qualquer notícia incômoda acusando eventual favorecimento da esquerda, ainda alegou que, se a verba não tivesse sido usada, ela iria "para o PT, o PCdoB, o PSOL"; mas, como garante a Lei 9.096/1995, os recursos não gastos retornam para aplicação em atividades do próprio partido. Usar o risco da volta do PT para encobrir ou justificar seus próprios equívocos e contradições entre discurso e prática é apenas uma nova forma de insultar a inteligência dos brasileiros – tanto mais para quem se opôs à investigação do advogado do PT na presidência do STF, Dias Toffoli, que comanda uma sequência de decisões das quais o padrinho Lula e seus comparsas são beneficiários, além de Flávio Bolsonaro, claro.

"Os conservadores", ensina Dennis Prager, "creem que o papel do governo na sociedade deve se limitar às necessidades básicas", "quanto mais dinheiro o estado distribui, mais dinheiro as pessoas exigirão do estado"; "sem a crença em um governo limitado, não existe direita"– mas a ala dos "conservadores" do dinheiro alheio considera necessidade básica reunir a tropa chapa-branca para "levantar nossa [sic] bandeiras". Isso só é conservadorismo em cabeça de bajulador.

**Felipe Moura Brasil é diretor de Jornalismo da Jovem Pan.**

# Canal Único PDF - O Jornaleiro

## Cadê o Jornaleiro, gente?!
## Acesse nosso Canal no Telegram:

https://t.me/jornaiserevistas
ou @jornaiserevistas